

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	10
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	12
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	13
2.5 Medições não contábeis	14
2.6 Eventos subsequentes as DFs	20
2.7 Destinação de resultados	21
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	23
2.10 Planos de negócios	24
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	26
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	27
5.2 Descrição dos controles internos	32
5.3 Programa de integridade	43
5.4 Alterações significativas	49
5.5 Outras informações relevantes	50

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores da Companhia apresentam neste item 2 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo Vivara, que são de responsabilidade da Administração do Grupo Vivara, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Salientamos ainda que, para fins de melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos a Vivara Participações S.A., e o termo “Grupo Vivara” é usado para tratar as informações combinadas das empresas subsidiárias operacionais, Tellerina e Conipa.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas neste item 2 significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

### Os diretores devem comentar sobre:

#### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento bruto total da Companhia foi de 0,7x, contra 0,8x em 31 de dezembro de 2022, (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2023, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários era de R\$ 304,5 milhões, R\$ 78,4 milhões menor do que em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 382,9 milhões), em razão dos investimentos realizados para a abertura de novas lojas e ao pagamento de dividendos. Desta forma, a Companhia encerrou o exercício social de 2023 com caixa líquido de R\$ 33,0 milhões, contra R\$ 157,7 milhões no exercício social de 2022.

#### b. estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 1.933,7 milhões, a dívida bruta R\$ 271,5 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$ 304,5 milhões, resultando em um caixa líquido de R\$ 33,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 1.657,9 milhões, a dívida bruta R\$ 225,2 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$ 382,9 milhões, resultando em um caixa líquido de R\$ 157,7 milhões.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido nos exercícios e períodos indicados:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.307.868	1.274.220
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.933.722	1.657.953
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>3.241.590</b>	<b>2.932.173</b>
Parcela de capital de terceiros	40,3%	43,5%
Parcela de capital próprio	59,7%	56,5%

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e de liquidez corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2023 eram de 2,5x e 3,0x, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 271,5 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. Nesta data, a Companhia não possui nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longos prazos.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste documento, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

### f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

#### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Na data deste documento, a Companhia não era parte de contratos de empréstimo de financiamento.

No entanto, suas subsidiárias operacionais, quais sejam Conipa e Tellerina, são partes de 6 (seis) contratos financeiros, celebrados com o Itaú Unibanco S.A., Banco Safra S.A., Banco Santander e Banco Bradesco S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor total em aberto era de R\$ 271,5 milhões.

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Tellerina e

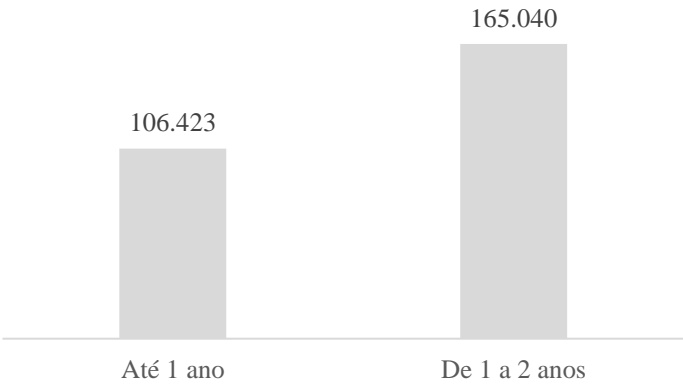
2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Conipa, em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
<u>Em moeda local</u>				
Capital de Giro - Banco Safra	CDI + 2,203547% a.a	jan/23	-	2.512
Capital de Giro - Banco Safra	CDI + 1,55% a.a.	dez/24	20.062	20.091
Capital de Giro - Banco Santander	100 % CDI + 2,46% BASE 360	set/22	-	-
Capital de Giro - Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,4714% a.a.	dez/23	-	50.253
Capital de Giro - Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,30% a.a.	dez/25	50.199	-
Capital de Giro - Banco Safra	CDI + 1,60% a.a.	dez/22	-	-
Capital de Giro - Banco Itaú	CDI + 1,55% a.a.	abr/22	-	-
Capital de Giro - Banco Itaú	CDI + 1,55% a.a.	abr/22	-	-
Capital de Giro - Banco Itaú	CDI + 1,55% a.a.	set/24	41.497	41.672
Capital de Giro - Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,85% a.a.	fev/25	63.400	62.294
<b>Total de empréstimos em R\$</b>			<b>175.158</b>	<b>176.823</b>
<u>Em moeda estrangeiro</u>				
Resolução 4131 - Banco Santander	Pré-fixado 2,3475% a.a.	fev/24	44.864	48.334
Resolução 4131 - Banco Santander	Pré-fixado 5,797% a.a	ago/25	51.441	-
<b>Total de empréstimos em moeda estrangeira</b>			<b>96.305</b>	<b>48.334</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>			<b>271.463</b>	<b>225.157</b>

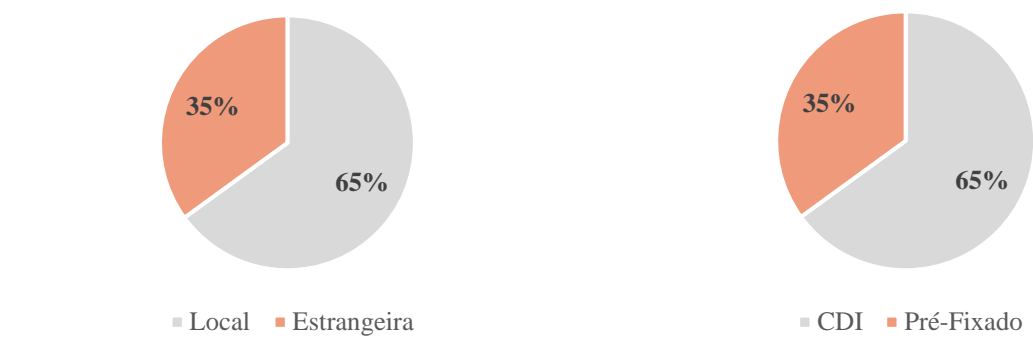
Abaixo o calendário de amortização da dívida, excluindo os efeitos dos derivativos, bem como a abertura do perfil da dívida:

Calendário de Amortização da Dívida:



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Perfil da dívida



Todas as operações em moeda estrangeira possuem swap em CDI +.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas e dinâmicas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas pela Tellerina e Conipa têm suprido adequadamente as necessidades financeiras na administração e na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis novas frentes nas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com a estratégia da Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhumas das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Importante destacar que para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes, em 31 de dezembro de 2023 com instituições financeiras não existem cláusulas restritivas.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste documento, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços

Nossa receita líquida é composta por: (i) venda de mercadorias e (ii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas e trocas de produtos vendidos.

As receitas com venda de mercadoria são geradas por todos os nossos pontos de venda, e-commerce, televendas e

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

vendas realizadas em parcerias corporativas estratégicas. Além disso, prestamos serviço de manutenção e assistência técnica dos nossos produtos.

Os impostos sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado são ICMS, PIS e COFINS, ISS e F.T.I. (Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas).

A Companhia possui incentivos fiscais de IRPJ, ICMS, PIS, COFINS, Imposto de Importação e IPI relacionados, sobretudo, à nossa atividade de produção na Zona Franca de Manaus. Para mais informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, sugerimos a consulta às demonstrações Financeiras Anuais e Intermediárias, bem como ao Formulário de Referência, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

### Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição de matérias primas (ouro, prata, pedras preciosas, entre outras) e dos produtos que vendemos. Adicionalmente, nos estados em que atuamos, vigora o regime de substituição tributária do ICMS para duas categorias específicas de produtos do nosso mix de vendas: canetas e perfumes. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*markup*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado, o recolhimento desta substituição tributária do ICMS é reconhecido em nossos estoques e impacta o custo das nossas mercadorias vendidas, quando as vendas são realizadas. Adicionalmente, temos insumos que entram na linha de custo das mercadorias vendidas que são denominados em dólar e, portanto, esta linha é afetada por variações cambiais.

### Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações das nossas lojas e algumas despesas da operação de nossa fábrica. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, propaganda e marketing, fretes do e-commerce, aluguéis e condomínios, comissão sobre cartões de crédito, segurança e energia.

### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritório de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como despesas com pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios dos colaboradores de áreas administrativas, além de consultorias, assessorias especializadas, depreciação e amortização.

### Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente do movimento em contas específicas de provisões cíveis, trabalhistas, entre outros movimentos.

### Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais contas contábeis são as despesas de juros e encargos incidentes sobre o endividamento, juros sobre antecipações de cartão de crédito, rendimentos de aplicações financeiras e correção monetária.

### Imposto de renda e contribuição social

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e indústria de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Importante destacar que a Companhia possui incentivos fiscais de IRPJ relacionados, sobretudo, a sua atividade de produção na Zona Franca de Manaus. Para mais informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, sugerimos a consulta das Demonstrações Financeiras Anuais e Intermediárias, bem como do Formulário de Referência, disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia.

### Demonstrações de Resultado

#### Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Demonstrações do Resultado (em R\$ mil)	2023	AV	2022	AV	AH
<b>Receita Líquida de Vendas de Mercadorias e Serviços Prestados</b>	<b>2.186.975</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.843.735</b>	<b>100,0%</b>	<b>18,6%</b>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(670.864)	(30,7%)	(573.528)	(31,1%)	17,0%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.516.111</b>	<b>69,3%</b>	<b>1.270.208</b>	<b>68,9%</b>	<b>19,4%</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(1.065.465)</b>	<b>(48,7%)</b>	<b>(893.835)</b>	<b>(48,5%)</b>	<b>19,2%</b>
Vendas	(817.845)	(37,4%)	(657.049)	(35,6%)	24,5%
Gerais e administrativas	(266.574)	(12,2%)	(235.886)	(12,8%)	13,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18.955	0,9%	(901)	(0,0%)	(2204,7%)
<b>Lucro antes do Resultado Financeiro</b>	<b>450.646</b>	<b>20,6%</b>	<b>376.372</b>	<b>20,4%</b>	<b>19,7%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(49.804)</b>	<b>(2,3%)</b>	<b>(45.338)</b>	<b>(2,5%)</b>	<b>9,9%</b>
Receitas financeiras	40.761	1,9%	46.581	2,5%	(12,5%)
Despesas financeiras	(90.564)	(4,1%)	(91.919)	(5,0%)	(1,5%)
<b>Lucro Operacional antes do IR e CSLL</b>	<b>400.843</b>	<b>18,3%</b>	<b>331.035</b>	<b>18,0%</b>	<b>21,1%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(31.598)</b>	<b>(1,4%)</b>	<b>29.820</b>	<b>1,6%</b>	<b>(206,0%)</b>
Correntes	(54.597)	(2,5%)	(57.015)	(3,1%)	(4,2%)
Diferidos	22.999	1,1%	86.835	4,7%	(73,5%)
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>369.245</b>	<b>16,9%</b>	<b>360.854</b>	<b>19,6%</b>	<b>2,3%</b>

#### Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.187,0 milhões, comparativamente a R\$ 1.843,7 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 343,2 milhões ou um crescimento de 18,6%. A receita da Companhia foi impulsionada (i) pelo aumento de 18,0% de área de vendas nos últimos 12 meses, com a adição de 54 novas lojas no ano; (ii) pelo forte crescimento das lojas maduras e acelerada curva de maturação das lojas inauguradas nos últimos dois anos; (iii) pela estratégia assertiva de ajuste de *mix* nas lojas Vivara, investindo em itens mais tradicionais; (iv) pela correta estratégia de comunicação e marketing da Life;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e (v) pela força das vendas nos eventos sazonais de Black Friday e Natal.

### Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 670,9 milhões, comparativamente a R\$ 573,5 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 97,3 milhões ou 17,0%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representou 30,7% e 31,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

### Lucro Bruto

O Lucro Bruto de 2023 totalizou R\$ 1.516,1 milhões, um crescimento de 19,4% comparado ao mesmo período de 2022, que totalizou R\$ 1.270,2 milhões, atingindo Margem Bruta de 69,3%. A expansão de 0,4 p.p. na Margem Bruta da Companhia, na comparação dos períodos, deveu-se, principalmente, ao aumento da participação da categoria Life nas vendas, aliado à correta política de precificação em todas as categorias.

### Receitas (despesas) operacionais

#### Despesas com vendas

As Despesas com Vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 817,8 milhões, comparativamente a R\$ 657,0 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 160,8 milhões ou 24,5%. As Despesas com Vendas representaram -37,4% e -35,6% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A variação é explicada (i) pelo aumento das despesas de Pessoal, em razão da aceleração da expansão de lojas; (ii) pelos gastos relacionados à manutenção de lojas, alugados em Serviços de Terceiros e; (iii) pelo aumento das Despesas com Marketing. A variação também foi impactada por uma reclassificação de despesas de áreas diretamente relacionadas à operação, como logística e recuperação de vendas, antes registradas como Gerais e Administrativas, que passaram a compor as Despesas de Pessoal, em Vendas. Em contrapartida, tributos relacionados à diferença de alíquota de ICMS (DIFAL), no montante de R\$ 19,7 milhões e o imposto estadual atrelado ao plano de compensação de Zona Franca de Manaus (UEA), no montante de R\$ 12,2 milhões, passaram a integrar a rubrica de Deduções da Receita, beneficiando a linha de "Impostos e Taxas", na comparação com o mesmo período do ano anterior.

#### Despesas gerais e administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 266,6 milhões, contra R\$ 235,9 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 30,7 milhões ou 13,0%. As Despesas Gerais e Administrativas representaram -12,2% e -12,8% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A diluição de 0,6 p.p. sobre a receita líquida reflete o bom desempenho da Companhia no controle e gestão de despesas administrativas, reflexo de um projeto em curso de revisão da estrutura organizacional e processos corporativos. Além disso, conforme explicado anteriormente, a reclassificação de despesas mencionada no parágrafo anterior beneficiou a rubrica de Despesas com Pessoal do G&A.

#### Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras Receitas (despesas) Operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 apresentou uma receita de R\$ 19,0 milhões, comparativamente a uma despesa de R\$ 0,9 milhão no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 19,9 milhões. Outras Receitas (despesas) Operacionais líquidas representaram 0,9% e 0,0% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Essa variação é explicada pelo ganho de créditos extemporâneos de PIS/Cofins no montante de R\$ 13,6 milhões.

### Lucro antes do resultado financeiro

O Lucro antes do Resultado Financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 450,6 milhões, comparativamente a R\$ 376,4 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 74,3 milhões ou 19,7%. O Lucro antes do Resultado Financeiro representou 20,6% e 20,4% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

### Resultado financeiro líquido

O Resultado Financeiro Líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 apresentou uma despesa de R\$ 49,8 milhões, comparativamente a uma despesa de R\$ 45,3 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 4,5 milhões. O Resultado Financeiro líquido representou -2,3% e -2,5% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

As receitas financeiras registraram R\$ 40,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 46,6 milhões em dezembro de 2022, essa redução é resultado principalmente pelas melhores condições de pagamentos em moeda estrangeira e à correção monetária devida pelo processo que gerou um ganho de R\$ 13,6 milhões em créditos de PIS/Cofins. As despesas financeiras totalizaram -R\$ 90,6 milhões, em dezembro de 2023 e -R\$ 91,9 milhões, no mesmo período do ano anterior. Essa redução em 2023 é explicada pelo aumento de IOF decorrente do aumento de importações ao longo do ano e à uma melhora na variação cambial passiva.

### Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 400,8 milhões, comparativamente a R\$ 331,0 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 69,8 milhões ou 21,1%. O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social representou 18,3% e 18,0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 registrou uma despesa de R\$ 31,6 milhões, comparativamente à uma receita de R\$ 29,8 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de -R\$ 61,4 milhões ou -206,0%.

O Imposto de Renda e Contribuição Social representou -1,4% e 1,6% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A alíquota efetiva de -7,9% em 2023 foi impactada principalmente pelo menor crédito de imposto diferido e menor volume de crédito presumido, pelo rebalanceamento da produção da fábrica.

### Lucro líquido

O Lucro Líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 369,2 milhões, comparativamente a R\$ 360,9 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 8,4 milhões ou 2,3%. O Lucro Líquido representou 16,9% e 19,6% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em R\$ milhares)	31/12/2023	31/12/2022	AH (%) 2023 x 2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	201.469	63.309	218,2%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(37.804)	(47.144)	19,8%
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(102.205)	(181.717)	43,8%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 201,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a uma geração de caixa de R\$ 63,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$ 138,2 milhões, ou 218,2%, é justificada, principalmente, pela maior alocação em capital de giro.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 37,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a um consumo de R\$ 47,1 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido das atividades de financiamento totalizou R\$ 102,2 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a uma geração de caixa de R\$ 181,7 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa redução de R\$ 79,5 milhões, ou 43,8%, é justificada, principalmente, pelo aumento na captação de empréstimos e financiamentos e pelo não pagamento de JCP, que afetou o fluxo de caixa das atividades de financiamento em 2022 em R\$ 58,2 milhões.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Os diretores devem comentar sobre:

**a. resultados das operações do emissor, em especial:**

*i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia e, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, deu-se por meio de suas lojas físicas espalhadas por todas as regiões do país, estando localizadas em 24 estados e o Distrito Federal. A receita da Companhia é composta pela venda de mercadorias divididas em quatro categorias de produtos: (i) joias, através da marca “Vivara”; (ii) Life, com os produtos exclusivos da marca; (iii) relógios, através de venda de produtos de marca própria, bem como de marcas de terceiros; e (iv) acessórios. As categorias mencionadas são comercializadas em rede própria: nas 257 lojas Vivara, 117 lojas exclusivas da marca Life, 16 quiosques e na plataforma de *e-commerce* que atende mais de 4.860 cidades.

Além da venda de mercadorias, a Companhia também possui receita originada pela prestação de serviços de reparo e manutenção de peças.

*ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores: benefícios fiscais, inflação, desemprego, crédito ao consumidor, valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$), tendências e comportamento de compra do consumidor e a volatilidade no preço das commodities ouro e prata, que são os principais insumos do processo produtivo.

A Companhia está inserida no segmento de varejo e as operações consistem principalmente na venda de joias confeccionadas com ouro e prata, relógios, perfumes e acessórios diversos. Assim, os resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

(i) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2023 e 2022 apresentou variação de 2,9% e 2,9%, respectivamente. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país.

(ii) Inflação: Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto, principalmente em nossas despesas, como salários e contratos de aluguéis, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,6% e 5,8%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O IGP-M apresentou variação de -3,18% e 5,45% para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

(iii) Dólar: A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais, já que muitos produtos que comercializamos possuem componentes importados, de forma que seus custos variam com a variação do câmbio como, por exemplo, pedras preciosas. Ainda, uma parte significativa dos nossos insumos são atrelados ao dólar. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o dólar apresentou variação ao ano de -8,00% e 5,3%, respectivamente.

(iv) Comportamento de compra do consumidor: Estamos constantemente pesquisando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e potenciais consumidores também para entender onde podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço que prestamos, para continuar entregando a

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

melhor experiência de compra possível. As pesquisas de tendências realizadas buscam entender os fatores pessoais, sociais e culturais que podem interferir no comportamento de compra do consumidor.

(v) O custo dos nossos principais insumos: Nossos principais insumos, ouro, prata e pedras preciosas, são commodities, cujos preços flutuam no mercado global e podem afetar adversamente as nossas vendas, margens e, consequentemente, Lucro Líquido, caso não consigamos repassar aumentos nos preços ou adequar portfólio de produtos a realidades distintas de custo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o grama do ouro em reais apresentou variação ao ano de 4,0% e -5,4%, respectivamente. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o grama da prata em reais apresentou variação ao ano de -8,6% e -3,8%, respectivamente.

(vi) Benefícios fiscais: Os benefícios fiscais possuem relação direta com o preço praticado na venda de nossos produtos e, caso os incentivos sejam suspensos, modificados, cancelados, revogados, não sejam renovados ou prorrogados, nossa situação financeira pode ser afetada adversamente.

### **b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxa de câmbio e inflação**

Historicamente, os resultados mostram que temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossos produtos, bem como trabalhar no desenvolvimento de peças de novas coleções de forma a reduzir, em momentos pontuais, o impacto de fortes oscilações de preço de matérias primas e garantir que a pirâmide de produtos da Companhia tenha produtos em diferentes níveis de preço.

Além disso, variações de receitas também podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem o setor em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, cotação de commodities (ouro e prata), taxa de inflação ou na taxa de juros.

### **c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra dos nossos consumidores, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação, cotação de metais preciosos e dólar são periodicamente repassadas para nossos clientes. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos. Já um aumento significativo do dólar norte americano ou da cotação de ouro, por exemplo, encareceria os nossos produtos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução dos mesmos índices tornaria esses produtos mais baratos, estimulando mais suas vendas. Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

**Os diretores devem comentar:**

**a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.1.**

Os Diretores informam que a Companhia não adotou ou verificou alterações significativas nas práticas contábeis. Ainda, informam que por não haver mudanças relevantes nas práticas contábeis, eventuais impactos de divulgação ou valores já foram considerados nas próprias demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

**b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 não possuem ressalvas ou ênfases.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não foram realizadas constituições, aquisições ou alienações pela Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

**c. eventos ou operações não usuais**

Em 2023, não ocorreram eventos ou operações não usuais na Companhia.

## 2.5 Medições não contábeis

**Medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e impostos de renda):**

### a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos dois exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em reais, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2023	31/12/2022
EBITDA	584.731	490.298
Margem EBITDA	26,7%	26,6%
EBITDA Ajustado <sup>(1) (2)</sup>	479.598	401.082
Margem EBITDA Ajustado	21,9%	21,8%
Dívida Líquida	-33.026	-157.710
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	(0,1)	(0,4)
Liquidez Geral	2,5x	2,3x
Liquidez Corrente	3,0x	2,4x

<sup>(1)</sup> Ajustado, uma vez que não considera os efeitos não recorrentes no resultado, referente à ação de exclusão do impacto da adoção do IFRS 16 / CPC 06, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, incorporando R\$112,6 milhões em 2023 e R\$97,3 milhões em 2022, referente aos aluguéis, que deixaram de ser reconhecidos como despesa no resultado.

<sup>(2)</sup> Além da exclusão dos efeitos do IFRS 16, foram excluídos os seguintes efeitos não recorrentes: em 2023, (i) *fee* de sucesso de R\$9,8 milhões, referentes ao reconhecimento da interdependência entre Conipa e Tellerina, permitindo o aproveitamento, pela Tellerina, de créditos de ICMS homologados da Conipa, e ao ganho de créditos extemporâneos de PIS/Cofins, (ii) pelo sucesso na eliminação de riscos fiscais de autos de infrações entre 2012 e 2014, (iii) por despesas extemporâneas, decorrentes de projeto de M&A do ano passado, (iv) bônus extraordinário da fábrica e (v) custos com rescisões de membros da diretoria; e em 2022: (i) R\$5,5 milhões de *fee* de sucesso pela eliminação de riscos tributários em autos de infração, relacionados ao desembaraço de mercadorias de importação entre 2012 e 2014 e (ii) R\$2,6 milhões referente à constituição de provisão adicional para o DIFAL, do exercício de 2021.

### EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 156”).

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, resultado financeiro líquido e despesas com depreciação e amortização.

O EBITDA não é a medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a forma de calcular o EBITDA siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

### Margem EBITDA

## 2.5 Medições não contábeis

A partir do cálculo mencionado no EBITDA acima, divide-se o total do EBITDA pela receita operacional líquida, gerando a Margem EBITDA.

A Margem EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza a Margem EBITDA como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a forma de calcular a Margem EBITDA siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, a Margem EBITDA divulgada pela Companhia pode não ser comparável à Margem EBITDA divulgada por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

### EBITDA Ajustado

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, resultado financeiro líquido e despesas com depreciação e amortização.

A partir do cálculo acima, é realizado o ajuste para eliminação de efeitos não recorrentes no resultado, gerando o EBITDA Ajustado. Efeitos não recorrentes são caracterizados por efeitos pontuais que acontecem no resultado da Companhia. Por estes montantes não fazerem parte recorrente do resultado, a Companhia opta em realizar o ajuste para que no “EBITDA Ajustado” apareçam apenas números recorrentes.

Como efeitos não recorrentes, a Companhia pode citar por exemplo o ganho de ações judiciais específicas que distorcem de maneira significativa o resultado, impactando indicadores como receita e despesa financeira, bem como imposto de renda e contribuição social.

O EBITDA Ajustado não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a forma de calcular o EBITDA Ajustado siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA Ajustado divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida. Para fins de comparabilidade com períodos anteriores, excluímos o efeito da adoção do IFRS16/CPC06 no ano de 2019, único ano com a nova norma em vigor.

### Margem EBITDA Ajustada

A partir do cálculo mencionado no EBITDA Ajustado acima, divide-se o total do EBITDA Ajustado pela receita



## 2.5 Medições não contábeis

operacional líquida, gerando a Margem EBITDA Ajustada.

A Margem EBITDA Ajustada não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza a Margem EBITDA Ajustada como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a forma de calcular a Margem EBITDA Ajustada siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, a Margem EBITDA Ajustada divulgada pela Companhia pode não ser comparável à Margem EBITDA Ajustada divulgada por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

### Dívida Líquida

A “Dívida Líquida” é a resultante do somatório dos empréstimos de curto e longo prazos presentes no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante da Companhia subtraídos da soma de Caixa e equivalentes de caixa com Títulos e valores mobiliários presentes no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante da Companhia.

A Dívida Líquida não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza a Dívida Líquida como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a forma de calcular a Dívida Líquida siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, a Dívida Líquida divulgada pela Companhia pode não ser comparável à Dívida Líquida divulgada por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

### Liquidez Geral

O índice de liquidez geral é a divisão da soma do ativo circulante com itens realizáveis a longo prazo do ativo não circulante (títulos e valores mobiliários, depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas, imposto de renda e contribuição social diferidos, instrumentos derivativos de longo prazo, impostos a recuperar de longo prazo e investimentos) pela soma do passivo circulante com o passivo não circulante. Embora a forma de calcular a liquidez geral siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, a Liquidez Geral divulgada pela Companhia pode não ser comparável à Liquidez Geral divulgada por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

## 2.5 Medições não contábeis

### Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente é a divisão entre o ativo circulante pelo passivo circulante. Embora a forma de calcular a liquidez corrente siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, a Liquidez Corrente divulgada pela Companhia pode não ser comparável à Liquidez Corrente divulgada por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

#### **b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

<b>EBITDA (em R\$ mil)</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Resultado líquido do exercício / período	369.245	360.854
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	31.598	-29.820
(+) Resultado financeiro, líquido	49.804	45.338
(+) Depreciação e amortização	134.085	113.926
EBITDA	584.731	490.298
Receita operacional líquida	2.186.975	1.843.735
Margem EBITDA	26,7%	26,6%

<b>EBITDA Ajustado (em R\$ mil)</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Resultado líquido do exercício / período	369.245	360.854
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	31.598	-29.820
(+) Resultado financeiro, líquido	49.804	45.338
(+) Depreciação e amortização	134.085	113.926
EBITDA	584.731	490.298
Efeitos Não Recorrentes	7.516	8.081
Efeitos do IFRS16/CPC06 (aluguéis)	-112.649	-97.297
EBITDA Ajustado	479.598	401.082
Receita operacional líquida	2.186.975	1.843.735
Margem EBITDA Ajustada	21,9%	21,8%

<b>Dívida Líquida (em R\$ mil)</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Dívida Bruta	271.463	225.157
Empréstimos e financiamentos (passivo circulante)	111.463	116.970
Empréstimos e financiamentos (passivo não circulante)	160.000	108.186
(-) Caixa e equivalente de caixa	221.495	160.036
(-) Títulos e valores mobiliários	82.995	222.831
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	-33.026	-157.710

<b>Liquidez Geral (em R\$ mil)</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Ativo Circulante	2.056.580	1.761.019
Realizável a Longo Prazo	1.185.010	1.171.154
Passivo Circulante	695.587	726.252

## 2.5 Medições não contábeis

Passivo Não Circulante	612.281	547.968
Liquidez Geral	2,5x	2,3x

<b>Liquidez Corrente (em R\$ mil)</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Ativo Circulante	2.056.580	1.761.019
Passivo Circulante	695.587	726.252
Liquidez Corrente	3,0x	2,4x

### c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido à necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

#### **EBITDA**

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra o verdadeiro lucro operacional contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

#### **Margem EBITDA**

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para a correta compreensão da sua margem financeira e de resultado de suas operações porque mostra, em formato percentual, o verdadeiro lucro operacional contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que a Margem EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

#### **EBITDA Ajustado**

A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para analisar sua performance financeira operacional, pois entende que é a medida não contábil de resultado que mais se aproxima da geração de caixa operacional. Aqui são eliminados todos os efeitos não recorrentes do resultado, ou seja, efeitos que não fazem parte da rotina do negócio e foram efeitos pontualmente registrados no resultado.

#### **Margem EBITDA Ajustada**

A Companhia utiliza a margem EBITDA Ajustada para analisar sua margem de performance financeira operacional, pois entende que é a medida não contábil de margem que mais se aproxima da geração de caixa operacional. Nesta margem estão eliminados todos os efeitos não recorrentes, ou seja, efeitos que não fazem parte da rotina do negócio e foram efeitos pontuais registrados no resultado.

## 2.5 Medições não contábeis

### **Dívida Líquida**

A Companhia entende que a dívida líquida é o montante de dívida que mais se aproxima da realidade da Companhia dado que existe um montante em caixa e em títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras) que podem ser utilizados a qualquer momento para amortização da dívida bruta dado que são ativos totalmente líquidos.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade a outros negócios semelhantes ao da Companhia.

### **Liquidez Geral**

A Companhia entende que este índice leva em consideração a sua situação a longo prazo, incluindo no cálculo os direitos e obrigações de longo prazo e reflete se a Companhia está ganhando ou perdendo liquidez nos últimos anos podendo assim traçar estratégias mais assertivas para projetos futuros, inclusive no referente a financiamentos.

### **Liquidez Corrente**

A Companhia entende que este índice avalia a sua capacidade de cumprir com as suas obrigações de curto prazo, representando a saúde do caixa.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### **Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

A Companhia comunica a abertura de sua primeira subsidiária fora do Brasil, situada no Panamá. A constituição da Tellerina Panamá S.A. ocorreu em 6 de março de 2024 e faz parte do planejamento estratégico que prevê o início de operações pilotos em novos mercados.

## 2.7 Destinação de resultados

2023	
<b>a) Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>A política da Companhia prevê a dedução do montante correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, a ser destinado para a constituição da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos 4 (quatro) montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva Estatutária de Lucros”, que terá por fim reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.</p>
<b>a.i) valores das Retenções de Lucros</b>	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou todo o lucro líquido com base em orçamento de capital aprovado por sua assembleia geral, sendo (i) R\$ 18.462.227,64 destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das S.A.; e (ii) R\$ 87.695.581,31 a título de dividendos obrigatórios, (iii) R\$ 0,00 a título de dividendos adicionais relativos ao resultado do exercício; e (iv) R\$ 263.086.743,93 mil à Reserva Estatutária de Lucros.
<b>a.ii) percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das S.A.; (ii) 23,75% foram destinados aos acionistas (correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após destinação à reserva legal) na forma de dividendos obrigatórios; (iii) 0% foram destinados aos acionistas a título de dividendos adicionais relativos ao resultado do exercício; e (iv) 71,25% à Reserva Estatutária de Lucros.
<b>b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>A parcela necessária ao pagamento do dividendo obrigatório mínimo, que não poderá ser inferior em cada exercício a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, depois das deduções e adições previstas no item a, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das S.A.</p> <p>A política de destinação de resultados segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>
<b>c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	
<b>d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Salvo pelo disposto na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
<b>e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	A Companhia tem uma Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em 14 de maio de 2021. A Política poderá ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia ( <a href="https://ri.vivara.com.br/">https://ri.vivara.com.br/</a> ), na seção Governança Corporativa – Estatuto e Políticas.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- iii. contratos de construção não terminada*

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia e de suas subsidiárias relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

#### **a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

#### **b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

#### **c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.



## 2.10 Planos de negócios

### a. investimentos, incluindo:

#### i. *descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos*

No resultado acumulado de 31 de dezembro de 2023, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível somaram R\$ 178,2 milhões, incluindo o investimento de R\$ 72,8 milhões com a abertura de novos pontos de venda, R\$ 27,0 milhões de investimentos em reformas e manutenção de lojas do parque existente, bem como R\$ 29,3 milhões de investimentos em sistemas e equipamentos de TI, R\$ 36,4 milhões com a migração, expansão e melhorias da fábrica e R\$ 12,6 milhões de investimentos em geral.

#### ii. *fontes de financiamento dos investimentos*

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

#### iii. *desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Na data deste documento, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

### b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Ao longo de 2023, os investimentos na fábrica foram de R\$ 36,4 milhões, incluindo equipamentos e obras de infraestrutura para ampliação das capacidades produtivas.

### c. novos produtos e serviços, indicando:

#### i. *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

Não aplicável.

#### ii. *montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

A Companhia registrou o investimento no montante total de R\$ 30.087.438,12 em projetos de pesquisa e desenvolvimento no ano de 2023.

#### iii. *projetos em desenvolvimento já divulgados*

Não aplicável.

#### iv. *montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável.

### d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Com o objetivo do fortalecimento da agenda ESG, consolidando as ações e projetos estabelecidos priorizando a Diversidade, o Empoderamento Feminino e a Responsabilidade Social e Ambiental da nossa cadeia de fornecimento, matéria prima e operações, desde 2019 investimos em iniciativas para impulsionar a agenda, como: (i) aderimos ao IRMA (*Initiative for Responsible Mining Assurance*), iniciativa para a garantia de mineração responsável, (ii) implementamos o programa de Auditoria na Cadeia de Fornecimento, e empoderamento da mulher, utilizando os Princípios do Empoderamento das Mulheres das Organizações das Nações Unidas como norteador, (iii) alcançamos o marco de realizar auditoria em 100% dos nossos fornecedores diretos, (iv) passamos a incluir a agenda ESG em nosso Planejamento Estratégico, (v) criamos a comissão de sustentabilidade e *squads* de trabalho

## 2.10 Planos de negócios

focados em temas específicos, (vi) conquistamos o selo *Women on Board*, (vii) concluímos o primeiro inventário de gases de efeito estufa, (viii) concluímos o processo de auditoria para obtenção da Certificação do *Responsible Jewellery Council* (RJC), nos tornando a primeira joalheria brasileira a obter a certificação, (ix) inauguramos a primeira loja da Companhia com certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), projeto que busca incentivar e acelerar a adoção de práticas de construção sustentável, entre outras.

Em 2023 a Companhia passou a integrar a 1ª carteira do IDIVERSA B3, índice elaborado pela B3 – Bolsa de Valores de São Paulo – para reconhecer as companhias listadas que se destacam em diversidade, além de promover maior representatividade de grupos minorizados, como o gênero feminino, pessoas negras e indígenas no mercado. Além disso, ampliamos a parceria com o Instituto Jo Clemente, incluindo pessoas com deficiência intelectual para atendimento em lojas da Vivara.

Em agosto de 2023, a Vivara foi convidada a participar do painel sobre ouro, tecnologias e mercado, na EXPOSIBRAM, congresso que reúne as principais companhias mineradoras para a discussão de temas relacionados à indústria mineral nacional e internacional. Nesse mesmo mês a Companhia inaugurou a nova fábrica de prata e de relógios, usando processos e ferramentas mais ecoeficientes. Em dezembro de 2023, migramos para o Mercado Livre de Energia e passamos a usar 100% de energia renovável na nossa fábrica.

Mostrando cada vez mais comprometimento com a gestão do tema de sustentabilidade internamente, definimos Indicadores ESG para monitoramento e controle, com isso, reforçamos a transversalidade do tema e a integração à cultura da Vivara. Damos atenção especial aos critérios de rastreabilidade e transparência na cadeia de fornecimento da matéria-prima. Pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia atingiu 100% de aderência dos fornecedores diretos à auditoria e com nota média de 98,7% de atendimento ao checklist de conformidade. Essa ação reforça nosso compromisso com o uso responsável de recursos naturais e minimização de impactos socioambientais.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

**Outros fatores com influência relevante no desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não aplicável.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma Política de Gerenciamentos de Riscos aprovada em 15 de agosto de 2019 e revisada em 17 de março de 2022 pelo Conselho de Administração e que pode ser consultada no site de relação com investidores da Companhia (<https://ri.vivara.com.br/>), na seção de “Governança Corporativa” e depois em “Estatuto e Políticas”.

A Companhia possui também uma Política Financeira e de Gestão de Riscos Financeiros para Investimentos, Captações e Hedge Cambial que suporta as operações da Companhia e estabelece a governança para decidir assuntos financeiros, a determinação de ratings mínimos de contrapartidas para aplicações, a necessidade de proteção cambial para as dívidas financeiras denominadas em moedas estrangeiras, e o uso equilibrado dos mesmos índices de taxas de juros para ambas operações de ativo e passivo, assim permitindo mitigar os riscos de mercado.

**b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos**

A política de gerenciamento de riscos tem como objetivo estabelecer diretrizes, controles, procedimentos e responsabilidades relacionadas à identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar a realização das suas estratégias e objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as áreas da Companhia, a aplicação das melhores práticas de mercado (metodologia COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e a disseminação da cultura e do conhecimento de mitigação dos riscos em todas as suas instâncias.

Ao adotar um processo de gerenciamento de riscos, os principais benefícios esperados pela Companhia são:

1. Aumento dos resultados positivos e da vantagem com a diminuição das surpresas negativas;
2. Perenidade do negócio;
3. Possibilitar à administração da Companhia a tomada de decisões de negócio mais consistentes com uma gestão baseada no gerenciamento de riscos;
4. Aumento da resiliência da empresa, contribuindo na busca da excelência na gestão empresarial;
5. Maior transparência dos riscos que a Companhia está sujeita, bem como das estratégias de respostas a estes;
6. Aumento do leque de oportunidades.

**i. riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 e busca proteção para as principais categorias de risco que possa impactar suas atividades e operações:

- Riscos operacionais – são riscos que envolvem a operação, sistemas de informação, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem, declínio do resultado da Companhia, dentre outros;
- Riscos estratégicos – Que podem impedir ou afetar o atingimento das decisões estratégicas da Companhia, os objetivos do negócio e podem ser causados por mudanças no ambiente externo (político, econômico, social, entre outros) e interno;
- Riscos financeiros – são riscos decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, taxa de câmbio, dentre outros. Os riscos financeiros também englobam os riscos de crédito, causados por falhas de cliente ou contraparte de um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais, que podem ocorrer

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

principalmente dos recebíveis originados por clientes do varejo, por aplicações financeiras e riscos de liquidez; e

- Riscos de conformidade: são riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos, políticas internas e código de conduta e ética, ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira e prejudicar a imagem e reputação da Companhia.

Os riscos de mercado são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Entre os riscos de mercado, incluem-se a instabilidade cambial na qual a Companhia não pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia; elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

Cabe à Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia a função de gestão e identificação dos riscos de mercado que a Companhia está exposta.

### ii. instrumentos utilizados para proteção

A Companhia identifica e trata os riscos a que está exposta de forma a controlar suas atividades e sistemas de informações financeiros, operacionais e gerenciais, a fim de garantir que:

- Os riscos de negócio sejam identificados, avaliados e minimizados a um nível aceitável;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, minimizando os custos associados a atividades de controle desnecessárias e/ou a riscos não controlados;
- As áreas potenciais de conflitos de interesse sejam identificadas e os riscos associados sejam minimizados visando assegurar o cumprimento dos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais, bem como, do Código de Conduta;
- Todos os gestores exerçam o papel de “guardiões” da eficácia dos controles dos processos sob sua alçada;
- As recomendações sejam devidamente implementadas, com o objetivo de minimizar o risco dos procedimentos não conformes com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a fraudes, multas e/ou sanções de órgãos externos;
- Os objetivos estratégicos sejam atendidos; e
- Revisões periódicas das políticas, normas e procedimentos das áreas de negócio, bem como sua aderência nos processos da Companhia.

Os instrumentos utilizados pela Companhia são implantados pelos seguintes meios:

- Auditoria interna: A Companhia realiza auditoria interna em relação a 100% de seus processos em cronogramas plurianuais, conforme diretrizes estabelecidas no Plano de Auditoria de Processos, elaborado pela área de Auditoria Interna.
- Auditorias de acompanhamento (follow up): Posteriormente à realização de auditorias internas, a Companhia realiza um monitoramento para confirmação que os planos de ação acordados no âmbito das auditorias internas foram efetivamente implantados.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Testes de conformidade: Os testes de conformidade têm como objetivo identificar os riscos aos quais a Companhia está exposta e definir planos de ação com as áreas de negócio para mitigar a exposição ao risco.
- Matriz de Riscos: As matrizes de riscos da Companhia contemplam riscos que podem afetar os seus objetivos de negócios, e são classificados em 4 (quatro) grupos: (i) riscos estratégicos (que, dentre outros, engloba o risco político); (ii) riscos de operações (que, dentre outros, engloba o tecnológico e ambiental); (iii) riscos financeiros; e (iv) riscos de conformidade (que, dentre outros, engloba o risco regulatório).
- Canal Aberto: A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, e ao público em geral, um canal exclusivo para relatos de situações consideradas antiéticas, que violem seu Código de Conduta, suas políticas e procedimentos internos e/ou a legislação vigente. Os relatos são recebidos por uma empresa independente e especializada e podem ser realizados de forma anônima, garantindo, assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses. Todas as informações são tratadas sem rastreamento, protegendo completamente a identidade do colaborador ou do terceiro. Relatos podem ser feitos a qualquer momento pelo link [canalaberto-vivara.com.br](https://canalaberto-vivara.com.br) ou pelo telefone 0800 377 8024.
- Apurações de desvios de conduta: A Companhia realiza apurações internas de violações a leis ou políticas internas, e aplica medidas disciplinares de acordo com a gravidade de cada situação. As violações relevantes identificadas são levadas ao conhecimento dos Diretores responsáveis, do Diretor Presidente e do Conselho de Administração.
- Treinamentos Periódicos: A Companhia conta com um programa de treinamento anual com foco em compliance e obrigatório a todos os colaboradores convocados, para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta, além de políticas e diretrizes da Companhia.
- Due diligence de terceiros: A Companhia realiza uma avaliação legal anual de documentação pública dos fornecedores e prestadores de serviços cujas contratações envolvam pagamentos com valor igual ou superior a R\$50.000,00, conforme diretrizes do Processo de Contratação e Validação de Contratos. Além disso, fornecedores considerados críticos para o negócio, como por exemplo: fornecedores de matérias-primas, produto para revenda ou agente público, a Companhia realiza ampla pesquisa reputacional prévia fornecida por terceiros especializados e replicada anualmente caso o fornecedor continue ativo.

Para os riscos de mercado a Companhia utiliza *swaps* para gerenciar a exposição no balanço patrimonial, a qual se dá em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira. No caso da utilização destas operações, elas são conduzidas de acordo com as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e conforme as práticas da Companhia, que estabelecem que a exposição no balanço deve ser neutralizada entre 80% a 100%.

A Companhia utiliza atualmente contratos de swap como principal mecanismo de proteção contra riscos relacionados a flutuações das taxas de câmbio a que estamos sujeitos em razão de alguns de nossos contratos de endividamento. Tais contratos eliminam nossa exposição ao risco cambial, substituindo-a por uma exposição pós-fixada em moeda local e variação do CDI (certificados de depósitos interbancários). A substituição da variação cambial pela variação pós-fixada em CDI elimina o risco cambial.

Não utilizamos o instrumento de hedge ou outros instrumentos para a proteção patrimonial em relação a riscos de variações nas taxas de juros ou câmbio.

### iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é de responsabilidade: (i) do Conselho de Administração; (ii) do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças; (iii) da Comissão interna de Riscos; (iv) das áreas de Riscos: Auditoria

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Interna, Compliance, Controles Internos e Prevenção de Perdas; e (v) das áreas de negócio, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. Esta seção elenca as principais responsabilidades de tais órgãos neste processo:

### **Conselho de Administração:**

- a) definir o Apetite aos Riscos estratégicos da Companhia;
- b) acompanhar a evolução da gestão de Riscos por meio do enquadramento da Companhia aos limites estabelecidos;
- c) definir os direcionamentos e decisões, relativos à gestão de riscos, levados ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças para aprovação.

### **Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças:**

- a) acompanhar as atividades de Auditoria Interna e de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- b) avaliar e monitorar a exposição da Companhia a Riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;
- c) acompanhar a Matriz de Riscos estratégicos da Companhia e recomendar ao Conselho de Administração a sua revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões;
- d) avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade das Políticas internas e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração

### **Comissão Interna de Riscos:**

- a) assegurar a independência da avaliação de riscos, visando o atingimento da estratégia e objetivos da Companhia;
- b) avaliar e definir as diretrizes, quando acionada, devido à ausência de consenso entre a área de negócio e as áreas de Riscos ou demais linhas, a respeito de um risco, fator de risco, controle ou plano de ação;
- c) validar os *reports* dos riscos previamente à apresentação ao Conselho de Administração e/ ou Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

### **Auditoria Interna:**

- a) elaborar o Plano Anual de Auditoria de Processos e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração, para posterior execução;
- b) divulgar os resultados das auditorias (relatórios, apresentações executivas, sumários executivos), para as estruturas anteriores;
- c) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança;
- d) fornecer ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e à área de Gestão de Riscos e Controles Internos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os Riscos da Vivara;
- e) realizar auditorias de acompanhamento (*follow up*);
- f) disponibilizar indicadores e informações ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, para posterior deliberação sobre os níveis de apetite a risco.

### **Área de Compliance:**

- a) assegurar a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos da Companhia;
- b) identificar Riscos de conformidade e recomendar a adequação necessária para atender aos padrões exigidos por órgãos reguladores ou definidos pela Companhia;
- c) informar a área de Controles Internos quando identificado um risco estratégico ou operacional relevante, para que seja avaliado e, se confirmado, inserido na matriz de riscos correspondente para tratamento;
- d) identificar Riscos reputacionais relacionados a sustentabilidade do negócio considerando a cadeia de fornecimento, contratação de colaboradores e terceiros em geral;
- e) desenvolver o programa e as ferramentas de Compliance da Companhia, implantando ações contínuas para garantir a conformidade e a mitigação dos riscos apontados pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### Área de Gestão de Riscos e Controles Internos:

- a) identificar riscos para garantir a perenidade do negócio;
- b) garantir a estrutura de controles internos que permitem compreender os principais riscos decorrentes de fatores internos e externos, com vista a assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma eficiente;
- c) apoiar a primeira linha nos processos de gerenciamento de riscos, atuando como consultoria;
- d) monitorar os controles associados aos principais riscos existentes na Companhia;
- e) manter sistemas e rotinas de controles internos alinhados com as melhores práticas de mercado, bem como revisões periódicas e atualizações, para que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente corrigidas;
- f) observar, avaliar e recomendar a segregação de funções, de modo a eliminar atribuições de responsabilidades conflitantes, assim como reduzir e monitorar, com a devida independência, potenciais conflitos de interesse existentes nas ou entre as áreas de Negócios;
- g) elaborar, periodicamente, relatórios e indicadores para a Diretoria e comitês relacionados;
- h) promover a cultura de gerenciamento e mitigação dos riscos da Companhia;

### Prevenção de Perdas:

- a) elaborar o Cronograma Anual de Inventários nos pontos de vendas e áreas de suporte, inclusive fábrica e centros de distribuição, e submetê-lo à aprovação do Diretor Presidente, para posterior execução;
- b) divulgar os resultados dos inventários realizados (relatórios, apresentações executivas, sumários executivos);
- c) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos processos dos pontos de venda e gestão de estoque da Companhia;
- d) apoiar as áreas de negócio para a elaboração dos planos de ação para mitigação dos riscos e correções de falhas identificados na avaliação do processo;
- e) informar à Controles Internos quando identificar um risco estratégico ou operacional relevante, para que seja avaliado e se confirmado, inserido na Matriz de Riscos correspondente.

### Áreas de Negócios:

- a) identificar e monitorar os riscos envolvidos direta ou indiretamente nas operações sob sua gestão;
- b) executar as atividades e tomar decisões em linha com as disposições da política de gerenciamento de riscos e das demais diretrizes da Companhia, de forma a minimizar sua exposição a riscos;
- c) implantar os planos de ação em resposta ao monitoramento dos riscos envolvidos direta ou indiretamente nas operações sob sua gestão, de acordo com as deliberações tomadas em conjunto com a área de Auditoria Interna, Compliance, o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ou o Conselho de Administração.

#### **c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

As áreas de Riscos da Companhia revisam periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos inerentes a estes processos, e mantêm uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração. A matriz de riscos estratégico é submetida, no mínimo, trimestralmente para avaliação da Comissão Interna de Riscos e à Comissão de Auditoria, Riscos e Finanças e ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deverá, anualmente, avaliar a suficiência da estrutura e orçamento das áreas de Riscos, inclusive da Auditoria Interna, para o desempenho de suas funções.

A Administração da Companhia acredita que, atualmente, a estrutura, metodologia e procedimentos de controles internos adotados são adequados para verificar a efetividade das Políticas de Gerenciamento de Riscos e da Política Financeira e de Gestão de Riscos Financeiros para Investimentos, Captações e Hedge Cambial.



## 5.2 Descrição dos controles internos

**Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

**a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações financeiras e demais informações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia utiliza dois sistemas principais para registro das suas operações. O ERP Capta registra as operações de vendas (Contas a Receber), processo produtivo e de armazenagem de estoque, além do processo de distribuição. O controle de estoque é feito por códigos de barra individuais para todas as joias e relógios possibilitando a rastreabilidade total do produto desde a fabricação interna ou compra de fornecedores até a venda para o cliente final. Mesmo após a venda é possível acompanhar o produto caso o mesmo eventualmente volte para a companhia em casos de devolução ou conserto, por exemplo. Na parte produtiva é possível acompanhar sistemicamente a falha de metal (ouro e/ou prata) em cada fase de produção, auxiliando na gestão de perdas ou identificação de desvios.

Implantado a partir de 2022, o ERP SAP registra as operações de compra de matérias-primas, produtos para revenda, materiais de uso e consumo, ativos e contratação de prestações de serviço diversos. 100% das apurações fiscais são realizadas no ERP SAP, bem como os registros contábeis e financeiros da Companhia. A partir de 2023, os processos relacionados a produção/ montagem de relógios fabricados pela subsidiária Conipa estão sendo executados e controlados no sistema SAP.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, as quais a Companhia considera suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

Neste sentido, mensalmente, a Companhia realiza as seguintes atividades:

- Acompanhamento dos fechamentos dos PDV's (Frente de Caixa) das integrações Financeiras;
- Verificação de consistência das integrações por meio de conciliações;
- Análise e registro de possíveis contingências;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras; e
- Verificação comparativa entre orçado versus realizado por todas as áreas de negócio.

Além disso, a Companhia realiza inventário de estoque de produto acabado e matéria prima anualmente em seus centros de distribuição e duas vezes por ano em sua fábrica. Para os pontos de venda, são realizados inventários diários das categorias joias, relógios e acessórios e semanais para a categoria Life. Anualmente, é realizado um inventário geral por equipe especializada para garantir a acurácia do estoque.

A equipe de Auditoria Interna ainda seleciona, utilizando como principais critérios a materialidade e a pré-análise de riscos realizada pela área de Controles Internos, processos para realização de auditoria de processos com avaliação no impacto contábil. Adicionalmente, os times de Compliance e Controles Internos, acompanham os riscos operacionais e estratégicos para monitorar a efetividade e eficiência dos controles implantados nas áreas de negócio com a finalidade de mitigar a exposição ao risco.

Além disso, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão de seus controles internos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **b. as estruturas organizacionais envolvidas**

Mensalmente, as áreas de Departamento Pessoal, Fiscal e Financeiro disponibilizam os documentos necessários para fins de conciliação contábil. Além disso, a área Jurídica apoia no registro e publicação das contingências.

Em periodicidade anual a área de Prevenção de Perdas realiza inventários nos pontos de venda e centros de distribuição e em periodicidade semestral na fábrica.

Anualmente são executadas auditorias nos processos aprovados no Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e Conselho de Administração. Testes de conformidade são executados pela área de Controles Internos nos processos considerados mais críticos para a Companhia. Além disso, as áreas Financeira e Jurídica prestam auxílio em relação às circularizações das instituições financeiras/ adquirentes e dos advogados, respectivamente. A área Comercial auxilia com informações sobre destaques para fins de avaliação de provisões.

A área de Contabilidade é responsável pelo fechamento das demonstrações mensais, atendimento aos auditores externos e redação das notas explicativas.

Tais áreas atuam em conjunto, de maneira integrada, não havendo subordinação entre elas.

### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Companhia conta com uma área de Planejamento Financeiro e Análise Corporativa (*Financial Planning & Analysis*), que é responsável por verificar mensalmente a consistência dos registros efetuados na contabilidade comparando-os com o orçado para o período, bem como calcular indicadores financeiros, analisar todas as peças contábeis (DRE, balanço patrimonial e fluxo de caixa), reportar eventuais inconsistências e comunicar as informações para suportar a alta administração da companhia nas tomadas de decisão. A área fica sob gestão da Diretoria Financeira.

### **d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O exercício findo em 31 de dezembro 2023 foi auditado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que emitiu recomendações para o aprimoramento dos controles internos e apontou as deficiências significativas nos controles internos da Companhia:

#### **i. Aspectos contábeis e de controles internos – identificadas em 2023**

##### **1. Deficiências no processo de preparação das demonstrações financeiras anuais e informações financeiras intermediárias**

Classificação da deficiência: outras deficiências.

##### Comentário

a) Ajuste identificado na divulgação de descontos negociados de aluguéis, que impactam a apresentação dos pagamentos realizados do arrendamento de direito de uso (CPC 06/ IFRS 16), os efeitos da correção realizada pela Diretoria, resultaram em reclassificações entre linhas na demonstração de resultado (DRE) e fluxo de caixa (DFC).

b) Ajuste identificado na divulgação da demonstração de fluxo de caixa (DFC), quanto a correta alocação dos rendimentos auferidos no exercício dos títulos e valores mobiliários. Os efeitos da correção realizada pela Diretoria, resultaram em reclassificações entre as atividades de investimentos e atividades operacionais na DFC.

##### Recomendação

## 5.2 Descrição dos controles internos

Recomendamos que a Companhia envide esforços quanto aos controles de elaboração e revisão das demonstrações financeiras anuais, bem como nas informações financeiras intermediárias, para melhor aplicação das normas correspondentes a divulgações, para mitigar riscos de erros na preparação das demonstrações financeiras.

### 2. Diferenças não reconciliadas de estoques

Classificação da deficiência: outras deficiências.

#### Comentário

Identificamos diferenças entre os relatórios auxiliares dos estoques (relatórios de mapa de movimentação e composição dos estoques), e os valores registrados contabilmente no montante aproximado de R\$521 mil. A diferença não representa distorção material nas demonstrações financeiras.

#### Recomendação

Revisar os controles realizados para que eventuais pendências de conciliação e ou divergências sejam devidamente conciliadas e apresentadas corretamente nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

### 3. Controle de conciliação de caixa e equivalentes

Classificação da deficiência: outras deficiências.

#### Comentário

Identificamos a classificação de valores recebidos através de PIX (recebimento imediato), classificados como contas a receber de operadora de cartão, considerando o tramite de recebimento ser realizado pela leitura de QRCode. Entendemos que dado a operação, o montante de R\$849 mil, deveria ser apresentado pela Companhia como caixa e equivalentes de caixa. Tal valor não representa distorção material nas demonstrações financeiras.

#### Recomendação

Revisar os controles de conciliação das transações realizadas por meio de PIX, para que eventuais pendências de conciliação e ou divergências sejam devidamente conciliadas e corrigidas de acordo com a natureza correta.

### 4. Falha no controle de suporte de receitas

Classificação da deficiência: outras deficiências.

#### Comentário

Identificamos erro no cálculo da receita de direito autoral da controlada Tellerina para a Conipa (ambas controladas da Vivara Participações), em montante aproximado de R\$55 milhões, cujo efeito foi corrigido pela Diretoria. Para fins das demonstrações financeiras da Vivara, essas transações são eliminadas, exceto pelos impactos tributários, os quais foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### Recomendação

Revisar o processo de apuração das receitas de direito autoral entre as empresas, bem como as métricas associadas a esse cálculo, para minimizar impactos e ajustes futuros.

## ii. Aspectos contábeis e de controles internos – recorrentes

### 1. Falhas sistêmicas – Extração de relatórios

Classificação da deficiência: outras deficiências.

#### Comentário

Identificamos erro sistêmico na extração de relatórios produzidos pela Companhia no que diz respeito a classificação das transações como manual e automatizado. Solicitamos a extração do razão contábil do

## 5.2 Descrição dos controles internos

período de 01/01 a 31/12/2023, e identificamos alguns lançamentos que demonstravam duplicidade entre tais características, onde o débito foi identificado como manual e o crédito como automático.

### Recomendações

Revisar a parametrização dos relatórios, para mitigar erros quanto ao registro das transações e classificação entre lançamentos realizados de forma manual ou automatizado, visando garantir o controle adequado de aprovação dos lançamentos manuais, bem como integridade da base de lançamentos.

### **2. Controle de conciliação do contas a receber**

Classificação da deficiência: outras deficiências.

### Comentário

Identificamos diferenças entre a resposta de circularização das operadoras de cartão, quando comparados aos valores registrados contabilmente em contas a receber. A diferença identificada é de R\$107 mil (R\$960 mil em 31 de dezembro de 2022), e não foi conciliada pela Diretoria. A diferença em questão, não representa distorção material nas demonstrações financeiras.

### Recomendação

Revisar os controles de conciliação das informações de recebíveis de operadoras de cartão para que eventuais pendências de conciliação e ou divergências sejam devidamente conciliadas e corrigidas.

### **3. Deficiência de reconciliação nos controles de suporte de receitas**

Classificação da deficiência: outras deficiências.

### Comentário

Existem diferenças no relatório de composição de receitas por tipo de recebimento (cartão, dinheiro, boleto, etc), e as respostas de circularização das operadoras de cartão Cielo em cerca de R\$1,1 milhões (R\$965 em 31 de dezembro de 2022). Tais diferenças não foram conciliadas pela Diretoria, porém não representam distorções materiais nas demonstrações financeiras.

### Recomendação

Revisar os controles realizados para que eventuais pendências de conciliação e ou divergências sejam devidamente conciliadas e apresentadas corretamente nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

## **iii. Aspectos de Tecnologia da Informação**

### **1. Segurança de acesso**

Classificação da deficiência: outras deficiências.

#### **1.1 Acesso privilegiado “Debug” (SAP S/4 Hana)**

### Situação observada

Através da realização de testes para avaliar o controle de restrição de acesso privilegiado, dentre um total de 117 usuários analisados com o acesso “debug”, 103 estavam indevidos com contas do tipo serviço ou diálogo, como seguem:

- 55 usuários pertencem à TI;
- 48 usuários pertencem às áreas de negócio da Companhia.

A permissão de acesso de DEBUG possibilita a alteração dos programas ABAP diretamente no ambiente de produção e a concessão deste privilégio funciona como um “*back door*” no sistema SAP, tornando uma conta com características de super-usuário.

### Recomendação

## 5.2 Descrição dos controles internos

A fim de mitigar o risco de usuários possuírem privilégios de acesso além dos necessários para executar as suas atividades profissionais, recomendamos que a Diretoria considere:

- a) Remoção dos privilégios de “debug” para os usuários identificados e/ou alteração do tipo de conta para o tipo não logável (tipo “B: *System*” e “C: *Communication*”).
- b) Para os usuários do tipo “S: Serviço” em que o acesso é necessário, implementar o controle de revisão e aprovação dos “logs” para todas as situações de utilização desses usuários, mantendo a segregação entre revisor e utilizador do acesso.

### 1.2 Acesso privilegiado – Perfis SAP\_all e SAP\_new (SAP S/4 Hana)

#### Situação observada

Através da realização de testes para avaliar o controle de restrição de acesso privilegiado, foram identificados que dentre um total de 29 usuários com perfis SAP\_ALL e/ou SAP\_NEW, 16 usuários estavam com acesso indevido, sendo estes do tipo serviço ou diálogo.

A permissão de acesso aos perfis SAP\_ALL e SAP\_NEW possibilita acesso à todas as transações do sistema e a concessão deste privilégio submete uma conta a características de super-usuário.

#### Recomendação

A fim de mitigar o risco de usuários possuírem privilégios de acesso além dos necessários para executar as suas atividades profissionais, recomendamos que a Diretoria considere:

- a) Remoção dos privilégios SAP\_ALL e SAP\_NEW para os usuários identificados.
- b) Restringir o acesso aos perfis SAP\_ALL/SAP\_NEW para contas do tipo “B: *System*” e “C: *Communication*”, quando esses acessos forem necessários para o funcionamento adequado do ambiente.
- c) Avaliar se as contas genéricas com acesso privilegiado ao sistema devem ser logáveis (tipo “A: *Dialog*” e “S: *Service*”). Caso a Diretoria entenda que a realização de “logon” com esses acessos seja necessária, considerar a implementação de controle de revisão periódica das atividades realizadas por estes usuários, bem como quanto ao bloqueio das contas após uso específico.

### 1.3 Acesso privilegiado – usuários com acessos a alterar todas as tabelas, a alterar parâmetros de senhas e a executar programas (SAP S/4 Hana)

#### Situação observada

Avaliamos junto a Companhia os usuários com privilégios no sistema SAP S/4 HANA e foram identificados 4 usuários indevidos com acesso a alterar todas as tabelas, 45 usuários indevidos com acessos a executar todos os programas e 96 usuários com acessos indevidos a alteração de parâmetros de senhas na aplicação (privilégios de acesso não necessários para as atribuições dos usuários).

O acesso a execução de todos os programas e a todas as transações devem ser restritos a contas emergenciais, sujeitos aos controles de gestão de acesso e revisão dos “logs” de atividades.

#### Recomendação

A fim de mitigar o risco de usuários possuírem privilégios de acesso além dos necessários para executar as suas atividades profissionais, recomendamos que a Diretoria considere:

- a) Revogar os acessos indevidos e monitorar os acessos privilegiados do sistema SAP, a fim de restringir os acessos a alteração de tabelas, de parâmetros de senha e a execução de programas apenas para colaboradores responsáveis pela Diretoria/ suporte ao ambiente, assegurando que estes usuários não possuam privilégios a execução de todos os programas ou todas as tabelas do SAP (princípio do menor privilégio).
- b) Revisar periodicamente os privilégios de acesso dos usuários e assegurar que os acessos sejam condizentes com as atribuições dos colaboradores, mantendo a segregação de funções apropriada.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 1.4 Acesso privilegiado a atividades de desenvolvimento em ambiente produtivo (SAP S/4 Hana)

#### Situação observada

Através da realização de testes para avaliar o controle de restrição de acesso privilegiado, dentre um total de 144, foram identificados 130 usuários com acesso indevido para realizar atividades de desenvolvimento diretamente na produção (privilegio de acesso não necessário para as atribuições do usuário).

#### Recomendação

A fim de mitigar o risco de usuários possuírem privilégios de acesso além dos necessários para executar as suas atividades profissionais, recomendamos que a Diretoria considere:

- a) Remover o acesso mencionado do ambiente produtivo das aplicações ou alterar o tipo de usuário das contas de serviço para o tipo “B: *System*” ou “C: *Communication*”, assegurando que essas contas não sejam utilizadas indevidamente.
- b) Revisar os privilégios de acesso dos usuários e assegurar que os acessos sejam condizentes com as atribuições dos colaboradores, mantendo a segregação de funções apropriada.

### 1.5 Acesso privilegiado ao banco de dados (Hana)

#### Situação observada

Através da realização de testes para avaliar o controle de restrição de acesso privilegiado ao banco de dados HANA que suporta a aplicação SAP S/4 HANA, foi identificado que o usuário *SYSTEM* está ativo no banco de dados. Conforme as melhores práticas da SAP, o usuário *SYSTEM* do Banco de Dados HANA deve estar desabilitado e um novo usuário, com privilégios similares, deve ser criado pela Companhia.

#### Recomendação

A fim de mitigar o risco de usuários possuírem privilégios de acesso além dos necessários para executar as suas atividades profissionais, recomendamos que a Diretoria considere:

- a) Remoção e/ou ajuste do usuário *SYSTEM*.
- b) Estabelecer regras para a concessão e manutenção de acesso de usuários com acesso privilegiado no banco de dados.
- c) Revisão periódica dos acessos com o intuito de assegurar que eles continham adequados e restrito a pessoal autorizado.
- d) Implementar um processo de monitoramento e/ou revisão da utilização dos usuários genéricos (contas de serviço, contas “*default*” da aplicação, contas de integração etc.) com acesso privilegiado, por exemplo através de ferramenta de cofre de senha ou revisão de “*logs*” de acessos críticos.

### 1.6 Revogação de acessos (SAP S/4 Hana)

#### Situação observada

Durante o entendimento realizado pela auditoria, foi identificado que a Companhia não possui um controle formalizado e consistente de revogação de acessos do sistema SAP S/4 HANA para colaboradores desligados e/ou transferidos. Desta forma, entendemos que não é possível garantir consistência e tempestividade na remoção de acessos.

#### Recomendação

A fim de mitigar o risco de acesso indevido ao sistema por meio de colaboradores desligados ou transferidos na Companhia, recomendamos que a Diretoria considere o estabelecimento do controle de remoção de acesso de usuários no sistema, incluindo, se aplicável, funcionários, fornecedores e terceiros, contemplando, mas não se limitando a:

## 5.2 Descrição dos controles internos

- a) Revisar 100% dos usuários com acesso ao sistema para identificar se existem desligados com acesso. Caso sim, remover (ou ajustar) os acessos.
- b) Estabelecer política de remoção de acesso, informando o período em que o acesso deve ser removido e ajustado.\*
- c) Definir responsáveis pelo processo formal de notificação e remoção dos acessos de profissionais que foram desligados ou transferidos na entidade.
- d) Estabelecer um período máximo de vigência de terceiros com acesso a aplicação, para a remoção dos acessos (ou revalidação posterior).

*\* Recomendável que a remoção de acesso ocorra de acordo com a política da entidade, sendo que a remoção de acesso deve ser concluída e formalizada em até 3 (três) dias úteis após a data de desligamento do profissional.*

### 1.7 Revisão periódica de acessos (CAPTA e SAP S/4 Hana) – Aspecto recorrente em 2022 para sistema CAPTA

#### Situação observada

Durante o entendimento realizado pela auditoria, foi identificado que a Companhia não realiza um controle de revisão periódica dos perfis de acesso dos usuários das aplicações. Esse controle é necessário para revalidar que os perfis atribuídos aos usuários continuam consistentes com as atribuições do funcionário na Companhia. As revisões periódicas asseguram que os privilégios atribuídos aos usuários estejam de acordo com as funções e atribuições destes usuários, principalmente em casos de transferências e eventuais falhas nos controles de revogação de acesso e segregação de funções.

#### Recomendação

A fim de mitigar o risco associado a esta deficiência, recomendamos que a Diretoria adote medidas, como:

- a) Definição de uma matriz de segregação de função formalmente estabelecida;
- b) Definição e implementação de um controle de revisão periódica de acessos contemplando responsáveis, frequência, escopo e nível de revisão;
- c) A revisão deve ser realizada a nível de perfil de acesso, na qual os responsáveis/gestores pelo módulo ou área de negócio devem avaliar se colaboradores com acesso a estas informações estão apropriados;
- d) A documentação gerada durante a revisão deve ser mantida, como forma de demonstrar que os acessos foram avaliados e os ajustes, quando solicitados pelos revisores, foram realizados tempestivamente.

### 1.8 Parâmetros de senhas (CAPTA) – Aspecto recorrente em 2022

#### Situação observada

Através da realização de testes para avaliar o controle de autenticação e parametrização de senhas, foram identificadas configurações de senhas do sistema parametrizadas em desacordo com a política da Companhia e/ou com o recomendado pelas práticas de mercado.

Para mais informações dos parâmetros de senha configurados no sistema CAPTA, vide tabela abaixo:

Parâmetros de senha	Política da Companhia e/ou Práticas de Mercado	Valor configurado no sistema CAPTA
Histórico de senhas	10 últimas senhas	1 última senha
Comprimento mínimo	8 caracteres	5 caracteres
Complexidade	Deve conter no mínimo letras maiúsculas, minúsculas, números e caracteres especiais	Não habilitado

#### Recomendação

## 5.2 Descrição dos controles internos

A fim de mitigar o risco de que os sistemas não estejam configurados ou atualizados adequadamente para restringir o acesso a usuários devidamente autorizados e apropriados, recomendamos que a Diretoria considere:

- a) Ajustar as configurações de autenticação para que os parâmetros de senha do sistema estejam em aderência com a política da Companhia e com as melhores práticas de mercado.

### 2. Gerenciamento de mudanças

Classificação da deficiência: outras deficiências.

#### 2.1 Segregação de funções no processo de gestão de mudanças (CAPTA)

##### Situação observada

Através da realização de testes para avaliar o controle de segregação de funções no processo de gestão de mudanças, foram identificados 2 usuários com perfil “Supervisor” que possuem acesso a desenvolver e implementar mudanças no ambiente produtivo sistema Capta, caracterizando um conflito de segregação de funções.

##### Recomendação

A fim de mitigar o risco de alterações inadequadas são feitas em sistemas de aplicativos, recomendamos que a Diretoria considere:

- a) Segregar as atividades de desenvolvimento e transporte de mudanças e/ou, implementar um controle detectivo de monitoramento de todas as mudanças implementadas nos ambientes produtivos, garantindo que todas as mudanças implementadas passem pelos controles de gestão de mudanças.

#### 2.2 Acesso de transporte de mudanças ao ambiente de produção (SAP S/4 HANA)

##### Situação observada

Através da realização de testes para avaliar o controle de usuários com acesso “deploy” em ambiente produtivo do sistema, foram identificados que dentre um total de 162 usuários analisados com o acesso, 91 estavam indevidos (privilegio de acesso não necessário para as atribuições do usuário).

##### Recomendação

A fim de mitigar o risco de alterações inadequadas são feitas em sistemas de aplicativos, recomendamos que a Diretoria considere:

- a) Remover o acesso mencionado do ambiente produtivo das aplicações, assegurando que essas contas não sejam utilizadas indevidamente.
- b) Revisar os privilégios de acesso dos usuários e assegurar que os acessos sejam condizentes com as atribuições dos colaboradores, mantendo a segregação de funções apropriada.

#### 2.3 Abertura de mandante (SAP S/4 HANA)

##### Situação observada

Através da realização de testes para avaliar o controle de abertura de mandante e as configurações relacionadas (parâmetros SE06 e SCC4) da aplicação, foi identificado que não houve solicitação, documentação e aprovação para a abertura de mandante no sistema SAP S/4 HANA realizada via SCC4 em 30/09/2023.

##### Recomendação

A fim de mitigar o risco de mudanças indevidas serem realizadas no sistema, alterando o funcionamento de controles automatizados relevantes e relatórios, recomendamos que a Diretoria considere:



## 5.2 Descrição dos controles internos

a) Implementar controles para que todas as alterações nas configurações SCC4 e SE06 sejam solicitadas formalmente, aprovadas e o “client” de produção seja fechado em tempo hábil mediante inspeção da documentação de suporte.

b) Implementar mecanismos de monitoramento para detectar alterações nas configurações SCC4 e SE06.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotada**

**i. Aspectos contábeis e de controles internos – Identificadas em 2023**

**1. Deficiências no processo de preparação das demonstrações financeiras anuais e informações financeiras intermediárias**

A Companhia continuará alocando esforços na melhoria contínua de seus procedimentos atuais de contabilização e validação das informações constantes nas demonstrações financeiras anuais, bem como nas informações financeiras intermediárias.

**2. Diferenças não reconciliadas de estoques**

A Companhia seguirá implementando controles adicionais de conciliação de suas bases de estoque entre os sistemas transacionais e contábil, especialmente durante o período de implementação do SAP.

**3. Controle de conciliação de caixa e equivalentes**

A Companhia informa que as operações de vendas recebidas na modalidade PIX que constam em sua base de contas a receber na data base da demonstração financeira anual são relativos a vendas realizadas em data que não há expediente bancário cujos valores são creditados em conta corrente apenas no próximo dia útil. A Companhia fará um estudo técnico para concluir se altera a forma de classificação e divulgação desses saldos.

**4. Falha no controle de suporte de receitas**

A Companhia implementou um novo relatório em suas bases de dados que constem a informação no cadastro de cada produto se este deve ser considerado ou não no cálculo dos direitos autorais.

**ii. Aspectos contábeis e de controles internos – Recorrentes**

**1. Falhas sistêmicas – extração de relatórios**

A Companhia informa que continuará alocando esforços na melhoria contínua de suas informações e que buscará correções na extração dos dados no sistema SAP 4/Hanna para que não ocorram duplicidades de classificação, já que a segregação entre lançamentos automáticos e manuais ocorre pelo tipo de documento contábil e pelo usuário que fez o registro em sistema.

**2. Controle de conciliação do contas a receber**

A Companhia informa que implantou o módulo CAR no sistema SAP 4/Hanna em outubro de 2023 e desde então vem intensificando seus controles e conciliações que estão com ritmo de ganho de maturidade conforme o planejado pela Diretoria.

**3. Deficiência de reconciliação nos controles de suporte de receitas**

A Companhia informa que implantou o módulo CAR no sistema SAP 4/Hanna em outubro de 2023 e desde então vem intensificando seus controles e conciliações que estão com ritmo de ganho de maturidade conforme o planejado pela Diretoria.

**iii. Aspectos de tecnologia da informação**

**1. Segurança de acesso**

**1.1 Acesso privilegiado “debug” (SAP S/4 Hana)**

## 5.2 Descrição dos controles internos

A Companhia informou que os usuários foram necessários para prestação de suporte e ajustes às customizações durante o projeto de implementação do sistema SAP 4 HANA e suporte pós “Go-live”. A revisão de todos os acessos já foi realizada e os perfis de “debug” de todos os usuários removidos. Adicionalmente, foi demonstrado à equipe técnica dos auditores externos que os privilégios deste perfil de “debug” não eram exercidos efetivamente via Fiori, o que na prática, inviabilizava o acesso destes usuários.

### 1.2 Acesso privilegiado – perfis SAP\_all e SAP\_new (SAP S/4 Hana)

A Companhia informou que os usuários indevidos foram removidos. Foram mantidos alguns consultores TI Vivara devido ao suporte à implementação do projeto SAP Onda 2. Após a estabilização do sistema, os acessos serão revistos. Com o projeto GRC-AC, será implantado o usuário Firefighter para este suporte com previsão de implementação até dezembro de 2024.

### 1.3 Acesso privilegiado – usuários com acessos a alterar todas as tabelas, a alterar parâmetros de senhas e a executar programas (SAP S/4 Hana)

A Companhia informou que os usuários serão removidos na medida em que as revisões de acessos previstas forem executadas de forma concomitante a implementação do projeto SAP.

### 1.4 Acesso privilegiado a atividades de desenvolvimento em ambiente produtivo (SAP S/4 Hana)

A Companhia informou que durante a implementação do sistema, haverá uma revisão de todos os acessos, de forma que os usuários identificados como indevidos serão revogados. Importante esclarecer que o ambiente de produção está fechado para modificações (apenas pela trilha de requests - DEV-QA-PRD) e não gera chave de desenvolvedor para alteração ou criação de objetos ABAP.

### 1.5 Acesso privilegiado ao banco de dados (Hana)

A Companhia informou que o ambiente contratado foi em formato RISE, onde a gestão da infraestrutura é da própria SAP. Apesar da convicção da Diretoria de que a gestão da SAP opera com melhores práticas de segurança da empresa, será feita uma consulta junto à SAP a respeito do tema.

### 1.6 Revogação de acessos (SAP S/4 Hana)

A Companhia informou que há um projeto de gestão de identidades (IAM) planejado para ser implementado no primeiro semestre de 2024, o qual consiste no bloqueio automatizado dos usuários através de configurações e integrações junto à rede “Active Directory” (AD) e ao sistema de Recursos Humanos (RH) ADP. Deverá ser também automatizada a rotina (hoje manual) de inativação periódica dos usuários no SAP.

### 1.7 Revisão periódica de acessos (CAPTA e S/4 Hana) – aspecto recorrente em 2022 para sistema CAPTA

A Companhia informou que irá implementar uma política e procedimentos para revisão periódica de acessos aos sistemas por meio do departamento de controles internos. Há previsão também para implementação do módulo GRC-AC no ano de 2024.

### 1.8 Parâmetros de senhas (CAPTA) – aspecto recorrente em 2022

A Companhia informou que o sistema CAPTA está em etapa de substituição pelo sistema ERP SAP 4 HANA, com previsão para finalização completa em 2025.

## 2. Gerenciamento de mudanças

### 2.1 Segregação de funções no processo de gestão de mudanças (CAPTA)

A Companhia informou que o sistema CAPTA está em etapa de substituição pelo sistema ERP SAP 4 HANA, com previsão para finalização completa em 2025.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 2.2 Acesso de transporte de mudanças ao ambiente de produção (SAP S/4 Hana)

A Companhia informou que os acessos foram revogados, persistindo apenas para equipe interna (TI Vivara) que é responsável pela rotina de promoção de transportes para produção.

### 2.3 Abertura de mandante (SAP S/4 Hana)

A Companhia informou que houve a necessidade de abertura do mandante devido ao projeto de “Go-live” da implementação do sistema SAP (para execução de tarefa específica e devidamente documentada nas atividades de “Cutover” do projeto). Como melhoria, foi estabelecido junto a consultoria que toda abertura de mandante será devidamente formalizada.

### 5.3 Programa de integridade

**Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

**Código de Conduta:** O Código de Conduta é a expressão do que a Companhia valoriza e acredita. O documento reflete a ideologia organizacional da Companhia, e busca estabelecer as condutas que orientam o negócio e os relacionamentos da Companhia, por meio de sua governança corporativa e de seus colaboradores, de forma ética, transparente, profissional e de respeito mútuo. O Código de Conduta procura gerenciar riscos gerais e específicos, na medida em que traz regras relativas a situações de conflito de interesses, oferta e recebimento de brindes e presentes, assédio, confidencialidade das informações, corrupção, lavagem de dinheiro, entre outros. O documento está disponível no BPM (ferramenta de comunicação interna da Companhia) e em seu website de Relações com Investidores. São realizadas revisões periodicamente para incorporar esclarecimentos que se façam necessários e/ou boas práticas demandadas pelo mercado.

**Código de Conduta de fornecedores:** Em complemento ao Código de Conduta mencionado acima, esse código especifica as condutas esperadas na cadeia de fornecedores da Companhia afim de reforçar o compromisso em garantir que toda a matéria-prima, produtos e serviços sejam entregues de forma sustentável, ética e justa. O documento está disponível no site [www.ri.vivara.com.br](http://www.ri.vivara.com.br) na seção de Políticas.

**Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro:** A Companhia possui uma Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo que é aprovada pelo Conselho de Administração com o objetivo de aumentar o nível de diligência da Companhia na conscientização, prevenção, e identificação dos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo previstos na legislação aplicável. Diariamente, é realizada a verificação dos valores recebidos em espécie. Caso sejam identificados recebimentos em espécie superiores a R\$30 mil, ou que totalizem este valor nos 6 (seis) meses anteriores, a Companhia realiza o informe da operação ao COAF. A Companhia conta também com um Gestor de Prevenção, papel desempenhado pela Diretoria Fiscal, o qual é responsável pelo envio das notificações compulsórias e resultantes de suspeição ao COAF, por tirar dúvidas de qualquer colaborador na realização de uma operação de venda, além de outras atribuições estabelecidas na referida Política.

Adicionalmente, são comunicadas ao COAF quaisquer operações que, considerando as partes e demais envolvidos, os valores, o modo de realização, o meio e a forma de pagamento, ou a ausência de fundamento econômico ou legal, possam apresentar indícios relevantes de ocorrência dos crimes previstos na Lei n.º 9.613/1998 ou relacionados.

**Norma Interna Anticorrupção:** Em 2022, a Companhia elaborou a norma interna de Anticorrupção que obriga a Companhia a conduzir seus negócios de maneira ética e com absoluta integridade. A Norma exige o cumprimento de todas as leis e regulamentos aplicáveis contra suborno e corrupção. Espera-se que todos os Colaboradores da Companhia se familiarizem com esta Norma e a observem, reconheçam e reportem possíveis questões relacionadas a situações de anticorrupção com tempo suficiente para que sejam tratadas de maneira adequada pelo Departamento de Compliance.

**Norma Interna referente a recebimento e concessão de brindes, presentes e hospitalidades:** O objetivo dessa norma é orientar e auxiliar a conduta dos colaboradores da Companhia quanto ao recebimento ou oferecimento de brindes, presentes, hospitalidades e outros benefícios, tendo em vista a necessidade de evitar conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos e situações que possam caracterizar suborno ou corrupção de caráter público ou privado. As disposições desta Norma devem ser interpretadas em conjunto com as diretrizes de conduta estabelecidas pelo Código de Conduta e a Norma Interna Anticorrupção da Companhia.

### 5.3 Programa de integridade

Norma Interna referente a concessão de doações e patrocínios: O objetivo dessa norma é definir as diretrizes que orientam a escolha, formalização e realização de doações e/ou patrocínios da Companhia. Uma das principais diretrizes é a obrigatoriedade de análise reputacional do seu eventual beneficiário antes de qualquer doação ou patrocínio por parte da Companhia. As disposições desta Norma devem ser interpretadas em conjunto com as diretrizes de conduta estabelecidas pelo Código de Conduta e a Norma Interna Anticorrupção da Companhia.

A Companhia também conta com procedimentos específicos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, tais como:

- Investigação a fraudes: A área de Compliance realiza investigação de denúncias diretas ou oriundas do Canal Aberto utilizando metodologia interna e, dependendo da complexidade da alegação, pode contratar serviços específicos para avaliar a veracidade dos fatos relatados e levantar documentos comprobatórios. O resultado da investigação é apresentado à Comissão de Conduta para a tomada de decisão aplicável e em última instância ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Governança para os casos mais relevantes.
- Procedimento de Due Diligence: A área de Compliance realiza análise reputacional dos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, consultores, patrocinados e beneficiários de doações, que tenham relacionamento ou que venham a se relacionar com a Companhia, visando obter informações importantes acerca desses parceiros e terceiros em geral, de tal forma que a companhia consiga cumprir os padrões de ética e integridade estabelecidos no Código de Conduta, na Norma Interna Anticorrupção e nas leis e regulamentações aplicáveis.
- Treinamentos anuais aplicados pela área de Compliance: São realizados treinamentos periódicos acerca do Código de Conduta, Compliance, Lei Anticorrupção, Lei de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e outras regulamentações correlatas, políticas e procedimentos internos, realizados presencialmente e ou via e-learning, divididos por tema e abrangência, conforme o público-alvo.

A Companhia realizará periodicamente a análise de riscos com foco na Lei Anticorrupção, na Lei de Prevenção a Lavagem de dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e avaliação do Programa de Integridade, como iniciativa de aprimoramento regular e constante do seu programa de Compliance.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A área de Compliance é responsável por desenvolver o programa e as ferramentas de compliance da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados.

A área de Compliance é responsável por:

- a) Assegurar a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos da Companhia;
- b) Desenvolver e gerir políticas e normas internas, a fim de padronizar procedimentos e orientações existentes nas diferentes áreas, além de atender as legislações vigentes;
- c) Monitorar os controles associados aos principais riscos de conformidade existentes na Companhia;
- d) Manter sistemas e rotinas de controles internos alinhados com as melhores práticas do mercado, bem como revisões periódicas e atualizações, para que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente corrigidas;
- e) Elaborar, periodicamente, relatórios e indicadores para a Diretoria e comitês relacionados; e

### 5.3 Programa de integridade

- f) Desenvolver o programa de integridade e as ferramentas de compliance da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados;

A Companhia também conta com uma Comissão de Conduta, de caráter permanente, responsável por analisar as ocorrências mais relevantes de situações antiéticas relatadas por colaboradores, terceiros fornecedores e prestadores de serviços, ou pelo público em geral e que acompanha as ocorrências recebidas por meio do canal de denúncias da Companhia denominado Canal Aberto. O Comissão de Conduta mantém o sigilo de todos os relatos recebidos pelo Canal Aberto e fiscaliza a aplicação do Código de Conduta da Companhia.

A depender da relevância da situação relatada no Canal Aberto, o Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Governança poderá ser acionado para deliberação.

O Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Governança foi criado em 15 de agosto de 2019 e é constituído por 3 membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia.

São atribuições do Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Governança da Companhia:

- a) avaliar e recomendar políticas e/ou práticas de (i) remuneração; (ii) recrutamento, nomeação e sucessão, incluindo os critérios para contratação e demissão de executivos de acordo com a “Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria da Vivara Participações S.A.”; e (iii) avaliação de performance e de engajamento dos colaboradores;
- b) prezar pelo desenvolvimento organizacional da Companhia e de seus colaboradores;
- c) examinar as novas políticas e acompanhar e revisar as políticas em vigor relacionadas aos temas de pessoas, governança e sustentabilidade da Companhia;
- d) monitorar temas relacionados à cultura, clima e engajamento de pessoas, visando respeito e promoção dos direitos humanos;
- e) apoiar na elaboração e revisão do processo de avaliação dos executivos, observadas as disposições do “Regimento Interno do Conselho de Administração da Vivara Participações S.A.”;
- f) examinar a estrutura organizacional da Companhia e recomendar ajustes, exigidos pelas diretrizes estratégicas de negócios e gestão;
- g) acompanhar as situações recebidas por meio do Canal Aberto, nos termos do Código de Conduta e recomendar ações quando requerido;
- h) avaliar situações controversas como eventuais infrações e violações ao Código de Conduta recebido diretamente de relatores, ou por intermédio do Canal Aberto, colaborando para decisões imparciais e transparentes;
- i) assegurar as melhores práticas de governança corporativa e organizacional e acompanhar o processo de implementação;
- j) fornecer as diretrizes relevantes para alinhamento de estratégia de sustentabilidade empresarial, à luz da missão e valores da Companhia;
- k) propor metas e ações concretas relacionadas à sustentabilidade empresarial e à questões socioambientais e climáticas;
- l) desenvolver programas com objetivos específicos de gerar planos de ações para questões sociais, ambientais ou climáticas;

### 5.3 Programa de integridade

- m) monitorar o adequado funcionamento do sistema de gestão de riscos socioambientais e climáticos e avaliar a efetividade das medidas adotadas;
- n) discutir e acompanhar tendências sociais, ambientais e climáticas relacionadas à sustentabilidade e seus impactos nos negócios da Companhia; e
- o) assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação a processos relativos à gestão de pessoas, por meio do acompanhamento de programas de diversidade e inclusão, incluindo, mas não se limitando aos processos de recrutamento, promoção e treinamento, alinhadas à estratégia, cultura e valores da Companhia para promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso e inclusivo.

O Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Governança se reúne em caráter ordinário, no mínimo a cada três meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê.

O Comitê poderá convocar especialistas e contratar consultores externos para a análise e discussão de temas sob sua responsabilidade, zelando pela integridade e confidencialidade dos trabalhos, sendo observado seu orçamento anual.

As deliberações do Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Governança são reportadas em atas de reuniões. As reuniões do Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Governança sempre têm caráter sigiloso, sendo que todo novo participante deve assinar termo de confidencialidade específico.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê serão consignados nas atas de suas reuniões, e delas deverão constar os pontos relevantes das discussões, a relação dos presentes, menção às ausências justificadas, as providências solicitadas e eventuais pontos de divergências entre os membros.

As principais regras de funcionamento do Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Governança estão definidas em seu regimento interno.

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovando, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os administradores, colaboradores e demais públicos que se relacionam com a Companhia, independentemente da sua posição hierárquica ou área de atuação.

A Companhia cultiva relações éticas, verdadeiras e transparentes com governos, sociedade, clientes, acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, fornecedores, sindicatos, associações de classe e todos os outros públicos de interesse que se relacionam com a Companhia e contribuem para realização da sua missão, a concretização da sua visão e a construção da sua marca e imagem institucional no dia a dia.

A Companhia conta com um programa de treinamento com foco em compliance de caráter obrigatório a todos os colaboradores convocados, para a qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta da Vivara.

Tais treinamentos, de periodicidade mínima anual, são conduzidos pela área de Compliance.

Além disso, todos os colaboradores da Companhia, incluindo seus diretores e conselheiros, devem assinar um termo de compromisso com as diretrizes do Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Conduta, políticas internas ou a legislação vigente estão estabelecidas na Norma Interna de Medidas disciplinares, sendo: (i) advertência oral ou por

## 5.3 Programa de integridade

escrito, (ii) suspensão, (iii) desligamento e (iv) demissão por justa causa. As sanções acima citadas estão previstas no Código de Conduta da Companhia.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O atual Código de Conduta da Companhia foi revisado e aprovado em reunião de 11 de fevereiro de 2022 pelo Conselho de Administração.

O documento está disponível na intranet da Companhia e em seu website de Relações com Investidores, através do link <http://ri.vivara.com.br>.

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

#### **i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia conta com um canal de denúncias (Canal Aberto), administrado por uma empresa externa independente e especializada com atuação internacional.

#### **ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Todos os colaboradores da Companhia, bem como terceiros fornecedores e prestadores de serviços, e o público em geral, têm à disposição um canal de denúncias (Canal Aberto), para envio de relatos de situações consideradas antiéticas, que violem o Código de Conduta da Companhia, suas políticas e procedimentos internos e/ou as legislações vigentes.

Os relatos podem ser enviados a qualquer momento pelo link [canalaberto-vivara.com.br](http://canalaberto-vivara.com.br) ou pelo telefone 0800 377 8024.

#### **iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Os relatos são recebidos pela empresa externa e podem ser realizados de forma anônima, garantindo,

assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses. Todas as informações são tratadas sem rastreamento, protegendo completamente a identidade do colaborador ou do terceiro.

Como previsto em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera retaliação contra qualquer pessoa que de boa-fé comunicar preocupações ou dúvidas sobre uma possível má conduta.

#### **iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A área de Compliance da Companhia realiza a investigação de denúncias diretas ou oriundas do canal de denúncias (Canal Aberto) utilizando metodologia interna e, dependendo da complexidade da alegação, contrata serviços específicos para avaliar a veracidade dos fatos relatados e o levantamento de documentos comprobatórios. O resultado da investigação é apresentado à Comissão de Conduta para a tomada das decisões aplicáveis e em última instância ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Governança.

A Comissão de Conduta, além do descrito acima, também é responsável por analisar as ocorrências relevantes de situações antiéticas relatadas por colaboradores e terceiros fornecedores e prestadores de serviços, inclusive que não estejam descritas no Código de Conduta.

### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Os procedimentos adotados em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias utiliza ferramentas de due diligence das pessoas jurídicas envolvidas, além da análise de compliance e anticorrupção.



### 5.3 Programa de integridade

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não se aplica.

## 5.4 Alterações significativas

**Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamentos de riscos adotada.

## 5.5 Outras informações relevantes

### **Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações relevantes que não estejam mencionadas na Seção 5 deste Formulário de Referência.